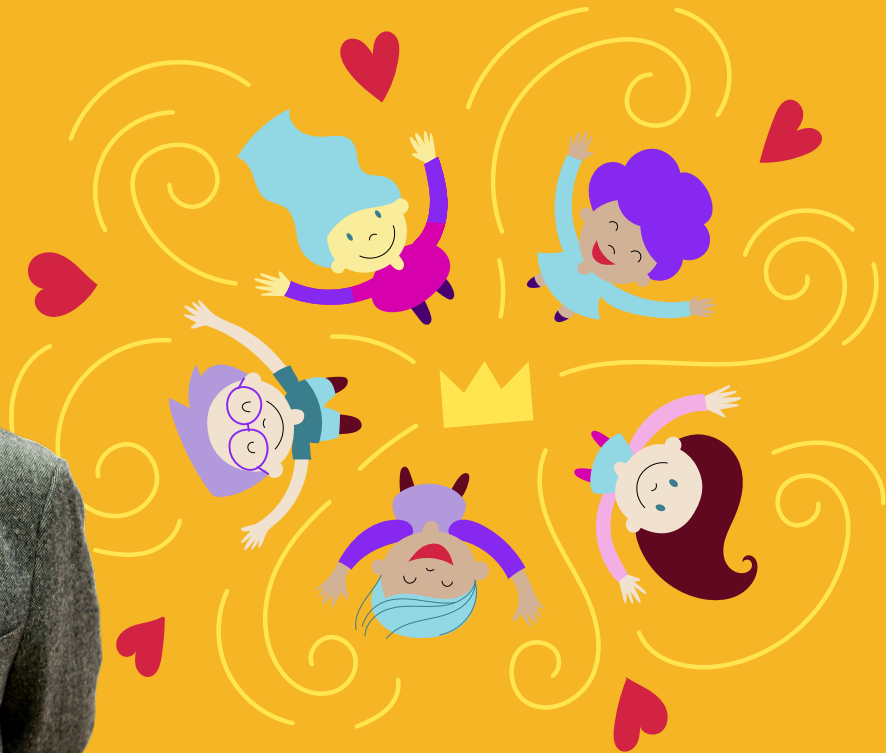
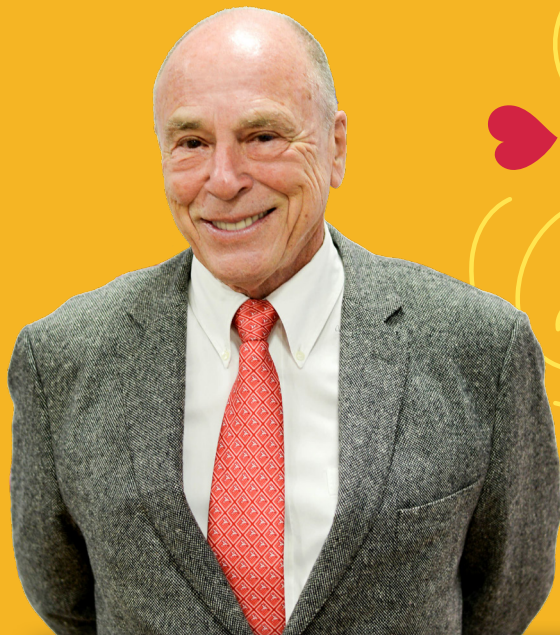


Balanco Patrimonial



**“A pandemia continua
nos impactando.”**

José Álvaro da Silva Carneiro,
diretor-corporativo do Complexo Pequeno Príncipe

Pensar e agir para a “proteção à infância” é um desafio e principalmente um caminho que precisa ser desenhado por muitas mãos, com toda a delicadeza e força que possamos ter, para depois ser possível percorrê-lo com a necessária determinação. É isso que fazemos no Complexo Pequeno Príncipe, há mais de 100 anos. No segundo ano da pandemia, o desafio foi ainda maior, mas as dificuldades não nos imobilizaram. Resolutividade e aconchego, responsabilidade e brincadeira, procedimentos e educação, remédios e cultura, exames e convivência familiar e comunitária, diálogo e valorização dos saberes. Tudo isso esteve presente no nosso dia a dia, no desejo e compromisso de oferecer a todos os meninos e meninas, e também a colaboradores e alunos, as melhores oportunidades de desenvolvimento, saúde e vida.

A partir disso, analisar o balanço patrimonial do Complexo Pequeno Príncipe de 2021 é muito assustador e excepcionalmente reconfortante, e, portanto, difícil e contraditório. Nestes dois anos, as consequências da pandemia na economia e na inflação promoveram uma explosão em nossos custos hospitalares, e os efeitos na produção assistencial foram devastadores, pois centenas de procedimentos foram cancelados ou adiados, trazendo redução da receita. E precisamos lembrar que o Sistema Único de Saúde (SUS) não corrige o valor dos procedimentos há muitos anos. No combinado desses fatores, a assistência hospitalar nos dois anos pandêmicos gerou um déficit histórico de R\$ 83,7 milhões.

No ensino, a pandemia provocou consequências difíceis, principalmente com a redução do número de alunos nas graduações, exceto no curso de Medicina, mas também nas pós-graduações lato sensu. Como resultante, uma diminuição na geração de caixa, o que também ocorreu em nosso Centro de Vacinas.

Se tivemos esse conjunto de fatores que apontam para um ambiente externo excepcionalmente difícil e desafiador, também tivemos como contraponto um ótimo desempenho na captação de recursos e na boa e eficaz utilização das verbas obtidas. Com isso, superamos o déficit e apresentamos um resultado positivo. Nos dois anos, a soma da utilização dos recursos captados foi de R\$ 98,7 milhões, o que nos proporcionou um resultado positivo de R\$ 15 milhões.

Somos profundamente gratos à comunidade pelo apoio. Sem esses aportes seria impossível prosseguir com nossa missão.

Historicamente, estamos comprometidos com a sustentabilidade e, em 2021, demos importantes passos nas nossas contribuições com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a agenda ESG. Nossas iniciativas fazem parte de um conjunto de compromissos de curto, médio e longo prazos, que se refletem na nossa relação com o meio ambiente, com as questões sociais que envolvem nossos pacientes, com as ações que envolvem alunos da graduação e com a nossa governança.

Nosso esforço na pandemia foi reconhecido de muitas formas, e uma delas foi o ranking da revista norte-americana *Newsweek*, que elegeu os 150 melhores hospitais pediátricos do mundo. Estamos em primeiro lugar como hospital exclusivamente pediátrico na América do Sul. Dedicamos essa importante conquista a todos os nossos apoiadores, médicos, colaboradores e pacientes. Temos um novo ponto de partida. Um marco!

Foi esse apoio da comunidade, por pessoas físicas e jurídicas, que nos permitiu manter e qualificar os serviços que prestamos e investir em novas tecnologias e produção de conhecimento. Esse suporte vindo da sociedade, e também de representantes do Ministério Público e do Poder Legislativo, energiza-nos para fazermos mais e melhor.

Somos conscientes das dificuldades na assistência, que não vêm de hoje. O SUS, cujos valores estão extremamente defasados, e a saúde suplementar, com imposições cada vez mais restritivas, aliam-se com as consequências e o rescaldo da pandemia para





dificultar a percepção de futuro e, por decorrência, de nosso planejamento. Para nos ajudar para um novo ciclo no Complexo, pensando no longo prazo, contratamos a empresa Falconi, cujos trabalhos já começaram pelo Hospital e em seguida irão para a Faculdades e o Instituto de Pesquisa, articulando convergência para o Complexo. Para essa revisão do planejamento estratégico, já sabemos que a interação entre as atividades e sua sinergia é que trará garantia de sustentabilidade.

Mas vamos, a seguir, a alguns importantes detalhes.



Alcançamos relevantes avanços na assistência, especialmente na alta complexidade, em 2021. Depois de muito planejamento e treinamento, iniciamos a terapia de oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO), que substitui as funções do coração e do pulmão. Um importante marco na evolução dos tratamentos que oferecemos.

Nos transplantes, chegamos a uma marca histórica, com 284 procedimentos realizados no ano, maior número já registrado até aqui. O Serviço de Transplante Hepático consolidou-se como um dos principais do Brasil, com cirurgias feitas em crianças abaixo de 3 anos de idade. Também foram destaques os transplantes de medula óssea, com 73 procedimentos.



Inauguramos o Laboratório Computadorizado de Marcha e a Sala de Reabilitação com Realidade Virtual. O Laboratório de Marcha é o único em funcionamento no Paraná destinado a avaliações clínicas de pacientes com distúrbios da marcha.

Ampliamos nossa atuação na telemedicina, implantando o Serviço de Telessaúde, que oferece consultas remotas com diferentes especialistas. O novo serviço foi iniciado pelos pacientes do SUS, facilitando assim o acesso dessa importante parcela da população especialmente à continuidade de seus tratamentos, que foram tão afetados pela pandemia.



Reformamos o Pronto-Atendimento dedicado a pacientes do Sistema Único de Saúde, o Setor de Endoscopia, o consultório oftalmológico, a UTI Cirúrgica e a lavanderia. Adequamos os ambulatórios de especialidades e revitalizamos áreas de internação e os auditórios. Foram diversas obras visando à melhoria de fluxos, que se

traduzem em qualidade de atendimento.

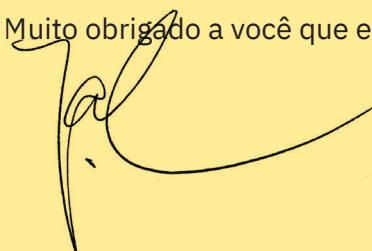
Na Faculdades, concluímos o Bloco 6, que concentra os ambulatórios para as práticas médicas, as salas onde exercitamos as metodologias ativas e o espaço para trabalharmos o ensino a distância com métodos, equipamentos e estrutura de ponta.

Outro passo importante foi no nosso cuidado com o meio ambiente. Fomos o primeiro hospital exclusivamente pediátrico do Brasil a compensar nossas emissões de carbono. Tomamos essa iniciativa porque acreditamos que a saúde das pessoas está intimamente ligada com a saúde do planeta. Nossos médicos, colaboradores, pacientes e, principalmente, alunos estão em paz quanto a suas responsabilidades perante as alterações do clima.

No Instituto de Pesquisa, são quase 100 projetos em andamento, 13 deles voltados à COVID-19. Na Faculdades, mais de 1,4 mil alunos concluíram uma formação de alta qualificação técnica e humanizada.

Com a união de esforços dessa grande rede que luta pelo direito dos nossos meninos e meninas à saúde e à vida, estamos impactando e transformando a sociedade. É uma grande honra contar com a sua confiança e apoio.

Muito obrigado a você que está conosco nessa jornada!



José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor-Corporativo do Complexo Pequeno Príncipe



Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Ativo

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		170.289.909	135.105.397
			Reapresentado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	21.422.607	20.054.090
Aplicações Financeiras	5	61.936.572	40.476.099
Contas a Receber de Clientes	6	25.952.149	19.230.166
<i>Clientes Serviços Hospitalares</i>		25.983.685	17.496.574
<i>Clientes com Vacinas</i>		1.004.551	565.392
<i>Clientes com Educação</i>		3.433.046	3.965.762
<i>(-)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa</i>		(4.469.133)	(2.797.562)
Recursos de Convênios a Realizar	7	48.277.630	38.391.538
Estoques	8	8.586.942	14.806.524
Outros Créditos	9	4.105.681	2.132.503
Despesas do Exercício Seguinte		8.328	14.477
NÃO CIRCULANTE		156.429.332	156.320.025
Realizável a Longo Prazo			
Outros Créditos	9	531.885	478.566
Investimentos	10	701.592	429.216
Direito de Uso	11.1	7.060.565	11.118.387
Imobilizado	12	<u>147.963.470</u>	<u>144.010.181</u>
<i>Imobilizado – Custo</i>		209.719.617	200.946.289
<i>Depreciação Acumulada</i>		(61.756.147)	(56.936.108)
Intangível	13	<u>171.820</u>	<u>283.675</u>
<i>Intangível – Custo</i>		2.742.467	2.828.721
<i>Amortização Acumulada</i>		(2.570.647)	(2.545.046)
TOTAL DO ATIVO		326.719.241	291.425.422

“As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.”

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		107.116.301	75.607.779
			<u>Reapresentado</u>
Fornecedores	14	12.086.967	11.282.445
Empréstimos Bancários	15	18.085.628	1.501.620
Obrigações Sociais	16	21.783.692	18.384.201
Obrigações Fiscais		1.769.542	1.654.316
Recursos de Subvenções a Executar	7	48.277.630	38.391.538
Passivo de Arrendamento	11.2	2.869.667	2.921.958
Receitas Diferidas	17	620.000	515.000
Outras Obrigações		1.623.175	956.701
NÃO CIRCULANTE		31.480.490	41.223.884
Empréstimos Bancários	15	2.098.380	4.498.380
Obrigações Fiscais		706.144	672.028
Passivo de Arrendamento	11.2	4.434.528	8.558.957
Receitas Diferidas	17	1.898.333	2.518.333
Provisões para Contingências	18	22.343.105	24.976.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	188.122.450	174.593.759
Patrimônio Social		134.738.674	96.003.416
Ajuste de Avaliação Patrimonial		39.168.598	39.855.085
Superávit Acumulado		14.215.178	38.735.258
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		326.719.241	291.425.422

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."



Demonstração do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

	Nota	2021	2020
			Reapresentado
Receita Operacional Bruta	20	318.616.936	302.997.240
Receitas da Área de Saúde		197.449.274	181.478.515
Sistema Único de Saúde – SUS		75.078.883	75.701.453
Convênios		116.099.558	100.118.425
Particulares		6.270.833	5.658.637
Receitas da Área de Educação		68.500.961	65.124.873
Mensalidades		67.543.605	64.423.508
Outras Receitas		957.356	701.365
Utilização de Recursos Captados	20.1	52.666.701	56.393.852
Subvenções Sociais		25.017.902	32.214.641
Campanhas Iniciativa Privada		27.648.799	24.179.211
(-)Deduções da Receita		(18.280.661)	(19.050.211)
Glosas de Convênios	21	(3.726.573)	(2.780.646)
Gratuidades Concedidas	25.2	(10.875.541)	(9.988.691)
Bolsas de Estudo	25.2	(3.678.547)	(6.280.874)
Receita Operacional Líquida	20	300.336.275	283.947.029
(-) Custo dos Serviços Prestados		(187.236.417)	(158.944.176)
Custo da Área de Saúde		(161.454.587)	(134.454.116)
Custo da Área de Educação		(19.020.208)	(18.856.860)
Custo da Área de Pesquisa		(6.761.622)	(5.633.200)
Lucro Bruto		113.099.858	125.002.853
Despesas Operacionais		(102.498.803)	(87.357.803)
Despesas com Pessoal		(66.074.876)	(60.209.355)
Despesas Administrativas Gerais	22.1	(39.872.921)	(31.810.821)
Despesas com Impostos e Contribuições	26	(54.348.899)	(58.027.387)
Isenções Usufruídas	26	54.348.899	58.027.387
Outras Receitas/(Despesas)	22.2	3.448.994	4.662.373
Superávit Antes das Receitas e Despesas Financeiras		10.601.055	37.645.050
Receitas Financeiras	23	4.578.966	1.923.617
Despesas Financeiras	23	(1.651.330)	(1.519.896)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		13.528.691	38.048.771

“As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.”

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados (em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/ (Déficit) Acumulados	Superávit à Disposição da Assembleia	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2019	35.953.245	40.541.572	-	60.050.171	136.544.988
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	60.050.171	-	-	(60.050.171)	-
Realização do Custo Atribuído	-	(686.487)	686.487	-	-
Superávit do Exercício	-	-	38.048.771	-	38.048.771
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(38.735.258)	38.735.258	-
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	96.003.416	39.855.085	-	38.735.258	174.593.759
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	38.735.258	-	-	(38.735.258)	-
Realização do Custo Atribuído	-	(686.487)	686.487	-	-
Superávit do Exercício	-	-	13.528.691	-	13.528.691
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(14.215.178)	14.215.178	-
Em 31 de dezembro de 2021	134.738.674	39.168.598	-	14.215.178	188.122.450

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."



Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de método indireto (em reais)

	2021	2020
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		Reapresentado
Superávit / Déficit do Exercício	13.528.691	38.048.771
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	8.753.369	8.036.439
Provisões para Contingências	(2.633.081)	(914.196)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.671.571	(782.245)
Depreciação de Direitos de Uso	4.057.822	2.268.650
AVP Passivo de Arrendamento	-	765.319
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	25.378.372	47.422.738
Contas a Receber de Clientes	(8.393.554)	6.122.585
Estoques	6.219.582	(5.884.232)
Recursos de Convênios a Realizar	(9.886.092)	2.904.416
Outros Créditos	(2.020.348)	(322.078)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(14.080.412)	2.820.691
Fornecedores	804.522	238.610
Obrigações Sociais	3.399.491	(1.256.329)
Obrigações Fiscais	149.342	1.094.752
Recursos de Subvenções a Realizar	9.886.092	(2.904.416)
Receitas Diferidas	(515.000)	3.033.333
Passivo de Arrendamento	(4.176.720)	(2.671.441)
Outras Obrigações	666.474	470.604
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	10.214.201	(1.994.887)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	21.512.161	48.248.542
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações com Aplicações Financeiras	(21.460.473)	(16.113.309)
Aumento de Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	(13.491.799)	(20.747.725)
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	624.620	1.050.940
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(34.327.652)	(35.810.094)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos Bancários	14.184.008	(3.165.726)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	14.184.008	(3.165.726)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.368.517	9.272.722
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	20.054.090	10.781.368
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	21.422.607	20.054.090

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto Operacional

A **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO** é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – sob o nº 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguazu, nº 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa e ainda da assistência social beneficente, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e, dessa forma, isentando-a de tributos.

Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% (setenta por cento) de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), no entanto, em razão da pandemia da COVID-19 e a consequente suspensão dos atendimentos pelos órgãos reguladores, ocorreu significativa redução dos internamentos e cirurgias em relação ao exercício de 2019 (pré-pandemia), em 22,81% e 22,59% respectivamente. Apesar da redução do número de cirurgias, estas aumentaram em complexidade.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe, pelo Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pelas Faculdades Pequeno Príncipe, bem como as doações e subvenções e os convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças César Pernetta);
- Faculdades Pequeno Príncipe;
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- Centro de Vacinação Pequeno Príncipe.

Para gozar a isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as

especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade possui validade para o período de 1º/1/2016 a 31/12/2018. A entidade efetuou as solicitações de renovações para os exercícios subsequentes nos prazos determinados, junto ao Ministério da Saúde, conforme SEI MS nº 25000.199384/2018-7, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 8 de julho de 2022.

Nota 2 – Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovados pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e também de acordo com a ITG 2002 (R1), entidade sem finalidade de lucros.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

a) Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros.

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo; e
- um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro

do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6 Recursos de convênios a realizar / subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta de recursos de convênios a realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de recursos de subvenções a executar, e subsequentemente são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8 Investimentos

Os investimentos em obras de artes são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Ressalte-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9 Arrendamentos

3.9.1 Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2 Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamento são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável – são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a quitar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando o princípio da oportunidade.

3.17 Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe e pelo Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu a obrigação de desempenho firmada com o cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando é possível atender aos critérios:

- (i) identificar o contrato com o cliente;
- (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) determinar o preço das transações;
- (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecer a receita quando cumprida as obrigações de desempenho.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo, e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
- vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da entidade ; e
- taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	29.284	28.752
Bancos Conta Movimento	1.126.397	579.321
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	20.266.926	19.446.017
Total	21.422.607	20.054.090

(*)	Rendimento	2021	2020
Banco Bradesco	98% a 125% do CDI	5.223.638	2.339.969
Banco do Brasil	80% a 115% do CDI	3.610.794	4.622.882
Banco Itaú	110% a 125% do CDI	471.706	1.236.762
Banco Safra	90% a 160% do CDI	4.468.846	6.437.440
Banco Santander	92% a 101% do CDI	4.970.897	3.248.715
Paraná Banco	120% do CDI	530.217	503.770
XP Investimentos	100% a 112% do CDI	990.828	1.056.479
Total das Aplicações Financeiras		20.266.926	19.446.017





Nota 5 – Aplicações financeiras

	2021	2020
Aplicações Financeiras (*)	61.936.572	40.476.099
Total	61.936.572	40.476.099

(*)	Rendimento	2021	2020
Banco Safra	101% do CDI	11.353.545	8.829.399
Banco Santander	102% do CDI	50.583.027	31.646.700
Total das Aplicações Financeiras		61.936.572	40.476.099

O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no art.º 11 do Capítulo IV dos Estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto e, com autorização de uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia, parcela dos recursos poupados, poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Complexo Hospitalar de Ensino e Pesquisa Pequeno Príncipe Norte (PPNorte), em terreno no bairro Bacacheri, contínuo à área da Base Aérea/Cindacta II.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	2021	2020
Clientes de Serviços Hospitalares	25.983.685	17.496.574
Clientes com Vacina	1.004.551	565.392
Clientes com Educação	3.433.046	3.965.762
(-) Provisão para Perdas	(4.469.133)	(2.797.562)
Total	25.952.149	19.230.166

Contas a Receber por Tipo de Moeda

Reais (R\$)	25.952.149	19.230.166
--------------------	-------------------	-------------------

Nota 7 – Recursos de convênios a realizar (ativo)/ recursos de subvenções a executar (passivo)

Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o FIA (Fundo da Infância e Adolescência), Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), Pronas/PcD (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R\$ 48.277.630 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil e seiscentos e trinta reais), resultado de grande e organizado esforço de captação junto à comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R\$ 19.311.052 (dezenove milhões, trezentos e onze mil e cinquenta e dois reais), equivalentes a 40%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R\$ 28.966.578 (vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e setenta e oito reais), equivalentes a 60%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosas prestações de contas.

Nota 8 – Estoques

	2021	2020
Farmácia Central	5.788.963	10.973.288
Vacinas	475.645	895.215
Almoxarifado Central	671.868	916.495
Materiais Laboratório e Pesquisa (*)	1.547.305	1.916.873
Manutenção	101.852	64.442
Outros Materiais	1.309	40.211
Total	8.586.942	14.806.524

(*) Refere-se a materiais utilizados em pesquisas (Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do Laboratório de Análises Clínicas.



Nota 9 – Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento para Empregados	356.875	319.073
Adiantamento a Fornecedores	192.317	475.932
Associação Eunice Weaver do Paraná – AEW-PR (a)	2.154.840	1.141.491
Interamericano (a)	1.083.356	-
Despesas Antecipadas com Congressos (b)	478.566	478.566
Outros Créditos a Receber	371.612	196.007
Total	4.637.566	2.611.069
Ativo Circulante	4.105.681	2.132.503
Ativo Não Circulante	531.885	478.566
Total	4.637.566	2.611.069

(a) Saldos referentes a valores transferidos a título de empréstimos para a Associação Eunice Weaver do Paraná – AEW-PR e para o Centro Cultural Brasil Estados Unidos de Curitiba – Inter Americano, que visam prover recursos para atividades econômicas implantadas pelas entidades mutuárias. No caso da AEW-PR, os valores foram investidos na capitalização de empresa comercial especializada na compra e venda de aparelhos médicos, sendo que parte dos valores já foram ressarcidos para a mutuante em exercícios anteriores, enquanto que para o Inter Americano, os valores repassados estão sendo empregados em atividade de ensino denominada Projeto Multiplica. Em ambos os casos, os recursos gerados serão utilizados para amortização dos empréstimos. Os valores não são atualizados monetariamente.

(b) Valores não movimentaram em 2021, pois, em razão da pandemia, o congresso foi postergado para 2023.

Nota 10 – Investimentos

	Obras de Arte	Participação Societária (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo	425.716	100.000	525.716
Valor Líquido Contábil	425.716	100.000	525.716
Adições	3.500	-	3.500
Baixas	-	(100.000)	(100.000)
Saldo Final	429.216	-	429.216
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo	429.216	-	429.216
Valor Líquido Contábil	429.216	-	429.216
Adições	272.376	-	272.376
Baixas	-	-	-
Saldo Final	701.592	-	701.592

(*) Em 2020, a entidade efetuou a baixa do investimento na Organização em Saúde Pequeno Príncipe, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual não possui quadro societário. O valor repassado se caracteriza como doação a essa entidade.

O valor de R\$ 701.592, relativo a obras de arte, refere-se a diversas obras adquiridas ou doadas para a Associação, que formam um acervo que está exposto em diversos locais e é composto por quadros, esculturas e outras obras, em especial tendo como motivo o próprio Rei Pelé, apoiador do Instituto de Pesquisa, e que poderão ser utilizadas no futuro para angariar fundos para a Associação, por meio de leilões.

Nota 11 – Arrendamento

11.1 Direito de Uso

Direito de Uso	Arrendamentos (*)	Total
Prazo Médio de Vigência dos Contratos/Vida Útil (anos)	1 a 5	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adoção Inicial CPC 06	13.387.037	13.387.037
Saldos em 1º de janeiro de 2020	13.387.037	13.387.037
Depreciações	(2.268.650)	(2.268.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.118.387	11.118.387
Depreciações	(4.057.822)	(4.057.822)
Custo	13.387.037	13.387.037
Depreciação Acumulada	(6.326.472)	(6.326.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.060.565	7.060.565

(*) Os arrendamentos referem-se a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos e de educação e para serviços administrativos.

11.2 Passivo de arrendamento

Passivo de Arrendamento	Arrendamento Mercantil	AVP – Ajuste a Valor Presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adoção inicial CPC 06	15.777.351	(2.390.314)	13.387.037
Saldos em 1º de janeiro de 2020	15.777.351	(2.390.314)	13.387.037
Baixas	(2.671.441)	765.319	(1.906.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.105.910	(1.624.995)	11.480.915
Baixas	(4.176.720)	-	(4.176.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.929.190	(1.624.995)	7.304.195
Parcela Classificada no Circulante	3.576.696	(707.029)	2.869.667
Parcela Classificada no Não Circulante	5.352.494	(917.966)	4.434.528

Nota 12 – Imobilizado

Descrição	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos Diversos	Equipamentos Hospitalares	Instalações	Móveis e Utensílios Hospitalares	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado/Obras em Andamento	Outras Imobilizações	Total
Taxa de Depreciação		2,33% a 3,33%	4,55% a 8,33%	7,69%	5,88%	7,69% a 9,09%	16,67%	12,50%		10%	
Em 31 de dezembro de 2019											
Custo	30.704.902	52.209.725	16.718.884	40.230.541	1.955.689	9.132.923	7.025.689	314.836	22.046.976	1.450.277	181.790.442
Depreciação Acumulada	-	(19.064.689)	(5.942.511)	(14.650.494)	(1.665.916)	(3.132.148)	(4.000.534)	(238.988)	-	(802.998)	(49.498.278)
Valor Líquido Contábil	30.704.902	33.145.036	10.776.373	25.580.047	289.773	6.000.775	3.025.155	75.848	22.046.976	647.279	132.292.164
Adições	-	-	303.309	1.340.744	33.357	127.676	190.178	-	18.682.430	-	20.677.694
Baixas	-	(28.688)	(395.343)	(505.030)	-	(284.056)	(247.119)	-	-	-	(1.460.236)
Transferências	-	2.451.584	1.607.831	5.672.546	6.797	2.364.123	1.510.089	46.440	(13.721.020)	-	(61.610)
Depreciação	-	(1.806.433)	(1.370.632)	(3.195.426)	(28.594)	(874.316)	(1.069.486)	(29.848)	-	(126.541)	(8.501.276)
Dep. Revisão Vida Útil	-	601.909	(822.328)	(2.534.443)	226.298	2.654.875	422.899	8.159	-	(3.220)	554.149
Baixas Depreciação	-	-	125.885	121.623	-	179.957	81.831	-	-	-	509.296
Saldo Final	30.704.902	34.363.408	10.225.095	26.480.061	527.631	10.169.034	3.913.547	100.599	27.008.386	517.518	144.010.181
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	30.704.902	54.632.621	18.234.681	46.738.801	1.995.843	11.340.666	8.478.837	361.276	27.008.386	1.450.277	200.946.290
Depreciação Acumulada	-	(20.269.213)	(8.009.586)	(20.258.740)	(1.468.212)	(1.171.632)	(4.565.290)	(260.677)	-	(932.759)	(56.936.109)
Valor Líquido Contábil	30.704.902	34.363.408	10.225.095	26.480.061	527.631	10.169.034	3.913.547	100.599	27.008.386	517.518	144.010.181
Adições	-	803	2.533.195	6.115.667	356.574	1.298.929	2.628.149	-	209.601	-	13.142.918
Baixas	-	(16.290)	(155.589)	(2.822.733)	-	(293.704)	(1.081.273)	-	-	-	(4.369.589)
Transferências	-	9.012.796	-	-	-	-	-	-	(9.012.796)	-	-
Depreciação	-	(1.805.825)	(1.634.600)	(4.169.237)	(29.456)	(1.070.796)	(1.356.511)	(13.606)	-	(126.432)	(10.206.463)
Dep. Revisão Vida Útil	-	638.418	321.162	506.929	(8.643)	17.769	28.687	(11.993)	-	(13.633)	1.478.696
Baixas Depreciação	-	16.290	124.376	2.681.527	2.235	177.967	905.059	-	-	273	3.907.727
Valor Líquido Contábil	30.704.902	42.209.600	11.413.639	28.792.214	848.341	10.299.199	5.037.658	75.000	18.205.191	377.726	147.963.470
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	30.704.902	63.629.929	20.612.288	50.031.735	2.352.417	12.345.890	10.025.713	361.275	18.205.191	1.450.277	209.719.617
Depreciação Acumulada	-	(21.420.329)	(9.198.649)	(21.239.521)	(1.504.076)	(2.046.691)	(4.988.055)	(286.275)	-	(1.072.551)	(61.756.147)
Valor Líquido Contábil	30.704.902	42.209.600	11.413.639	28.792.214	848.341	10.299.199	5.037.658	75.000	18.205.191	377.726	147.963.470

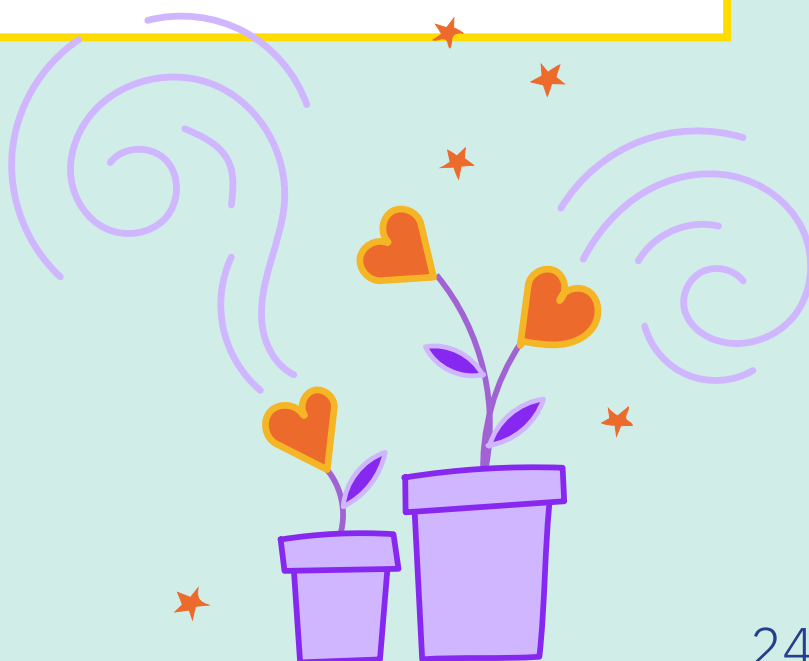
Composição do imobilizado em andamento:

Descrição	2021	2020
Reforma e Adequação para Prevenção de Incêndio	2.216.926	1.434.588
Reforma da Endoscopia	-	317.725
Reforma Filial Appam	-	525.570
Reforma dos Ambulatórios	-	287.143
Reforma UTI Cirúrgica	-	152.884
Reforma e Revitalização das Suítes	-	551.700
Reforma Centro Cirúrgico	-	2.309.422
Reforma e Ampliação Pronto-Atendimento	-	247.465
Reforma e Revitalização Pátio Central	1.500	-
Outras Reformas	4.500	302.092
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	410.056
Reforma Acessibilidade no Prédio	-	1.608.611
Aquisições de Imobilizado – Equipamentos Hospitalares	319.089	4.154.046
Imobilizações (Aquisições) em Trânsito	170.023	56.035
Formação do Acervo Pelé	-	272.376
Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o projeto Pequeno Príncipe Norte	15.493.153	14.378.673
Total	18.205.191	27.008.386



Nota 13 – Intangível

Descrição	Softwares e Programas de Computadores	Total
Taxa de Amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2019		
Custo	2.700.580	2.700.580
Amortização Acumulada	(2.455.734)	(2.455.734)
Valor Líquido Contábil	244.846	244.846
Adições	66.531	66.531
Transferências	61.610	61.610
Amortização	(81.367)	(81.367)
Amortização Revisão Vida Útil	(7.945)	(7.945)
Saldo Final	283.675	283.675
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	2.828.721	2.828.721
Amortização Acumulada	(2.545.046)	(2.545.046)
Valor Líquido Contábil	283.675	283.675
Adições	76.505	76.505
Baixas	(162.758)	(162.758)
Amortização	17.399	17.399
Amortização Revisão Vida Útil	(43.001)	(43.001)
Saldo Final	171.820	171.820
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	2.742.467	2.742.467
Amortização Acumulada	(2.570.647)	(2.570.647)
Valor Líquido Contábil	171.820	171.820



Nota 14 – Fornecedores

Fornecedores Nacionais	2021	2020
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	4.553.913	5.322.873
Fornecedores de Materiais em Geral	1.512.136	1.496.496
Fornecedores – Bens	88.788	108.523
Fornecedores de Próteses	1.553.085	1.199.456
Fornecedores de Serviços	1.714.825	1.649.427
Fornecedores – Honorários Médicos	330.212	185.526
Fornecedores de Equipamentos	70.289	-
Outros Fornecedores	2.263.719	1.320.144
Total	12.086.967	11.282.445
Fornecedores por Tipo de Moeda		
Real – R\$	12.016.678	11.282.445
Dólar – US\$	70.289	-
Total	12.086.967	11.282.445

Nota 15 – Empréstimos bancários

	Encargos	Garantias	2021	2020
Banco Itaú – Rotativo	0,92% a.m.	Aval	8.000.000	-
Banco Bradesco – Rotativo	0,83% a.m.	Aval	6.998.819	-
Banco Santander – Cap. de Giro	7,30% a.a.	Direitos Creditórios	2.527.809	1.501.620
Banco Safra – Rotativo	1,10% a.m.	Cessão Fiduciária	559.000	-
Total do Curto Prazo			18.085.628	1.501.620
Banco Santander – Cap. de Giro	7,30% a.a.	Direitos Creditórios	2.098.380	4.498.380
Total do Longo Prazo			2.098.380	4.498.380
Total Geral			20.184.008	6.000.000
			2021	2020
Empréstimos a Pagar – A Vencer até 1 Ano			18.085.628	1.501.620
Total do Curto Prazo			18.085.628	1.501.620
Empréstimos a Pagar – A Vencer Acima de 1 Ano			2.098.380	4.498.380
Total do Longo Prazo			2.098.380	4.498.380
Total			20.184.008	6.000.000
Valores a pagar por data			2021	2020
2021			-	1.501.620
2022			18.085.628	2.498.380
2023			2.098.380	2.000.000
Total			20.184.008	6.000.000

Os empréstimos obtidos são todos em moeda nacional (reais – R\$).

Nota 16 – Obrigações sociais

	2021	2020
Salários e Ordenados a Pagar	6.811.555	6.001.890
Encargos Sociais a Pagar	2.152.168	1.506.589
Provisão de Férias e Encargos	12.819.969	10.875.722
Total	21.783.692	18.384.201

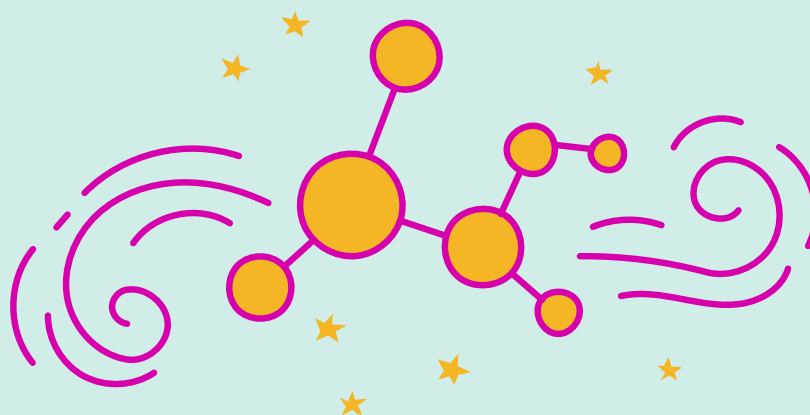
Nota 17 – Receitas diferidas

	2021	2020
Receita com Posto Bancário	1.785.000	2.100.000
Receita com Hemobanco	733.333	933.333
Total	2.518.333	3.033.333
Passivo Circulante	620.000	515.000
Passivo Não Circulante	1.898.333	2.518.333
Total	2.518.333	3.033.333

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia (Hemobanco), ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi diferida pelo prazo dos referidos contratos.

Nota 18 – Provisão para contingências

A entidade calcula as provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” no montante de R\$ 17.536.445 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais) e de R\$ 7.161.338 (sete milhões, cento e sessenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais) classificada como “possível” pelos assessores jurídicos. No entanto, a administração entendeu como suficiente registrar contabilmente 100% das causas prováveis e parcialmente as causas possíveis, totalizando o montante de R\$ 22.343.105 (vinte e dois milhões, trezentos e quarenta e três mil e cento e cinco reais), para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

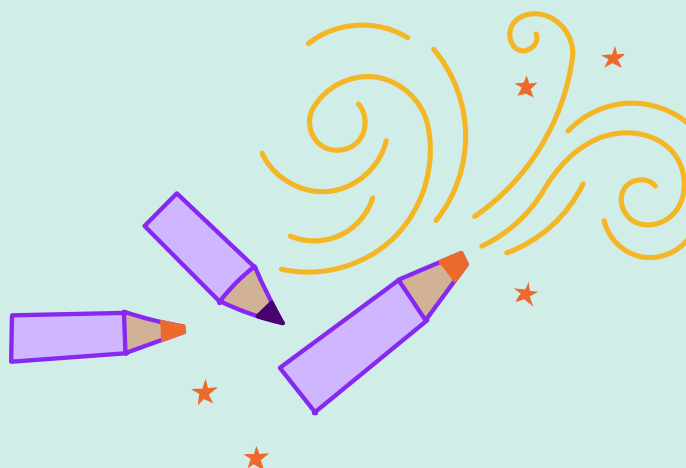


	2021	2020
Contingências Trabalhistas	1.514.654	298.922
Contingências Cíveis	16.021.791	8.818.000
Contingências Fiscais	-	4.603.518
Total Contingências Prováveis	17.536.445	13.720.440
Contingências Trabalhistas	726.444	9.189.170
Contingências Cíveis	1.661.900	13.322.322
Contingências Fiscais	4.772.994	-
Total Contingências Possíveis	7.161.338	22.511.492
Total de Contingências Prováveis/Possíveis	24.697.783	36.231.932
Contabilizado		
Contingências Prováveis	17.536.445	13.720.440
Contingências Possíveis	4.806.660	11.255.746
Total	22.343.105	24.976.186
Depósitos Judiciais	-	-
Efeito Líquido	22.343.105	24.976.186

Nota 19 – Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social de R\$ 134.738.674 (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil e seiscentos e setenta e quatro reais), pelo superávit acumulado de R\$ 14.215.178 (quatorze milhões, duzentos e quinze mil e cento e setenta e oito reais) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 39.168.598 (trinta e nove milhões, cento e sessenta e oito mil e quinhentos e noventa e oito reais).

O saldo de superávit do exercício será colocado à disposição da assembleia geral para destinação.



Nota 20 – Receita operacional líquida

	2021	2020
Receitas da Área de Saúde	197.449.274	181.478.515
Sistema Único de Saúde – SUS	75.078.883	75.701.453
Convênios	116.099.558	100.118.425
Particulares	6.270.833	5.658.637
Receitas da Área de Educação	68.500.961	65.124.873
Mensalidades	67.543.605	64.423.508
Outras Receitas	957.356	701.365
Utilização de Recursos Captados	52.666.701	56.393.852
Subvenções Sociais	25.017.902	32.214.641
Campanhas Iniciativa Privada	27.648.799	24.179.211
Receita Operacional Bruta	318.616.936	302.997.240
Glosas de Convênios	(3.726.573)	(2.780.646)
Gratuidades Concedidas	(10.875.541)	(9.988.691)
Bolsas de Estudo	(3.678.547)	(6.280.874)
(-) Deduções da Receita	(18.280.661)	(19.050.211)
Receita Operacional Líquida	300.336.275	283.947.029

20.1 Uso dos recursos oriundos da captação de recursos

No ano de 2021, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R\$ 52.666.701 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos e um reais), o que significa uma queda de 6,61% em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 56.393.852 (cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e três mil e oitocentos e cinquenta e dois reais), contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

Nota 21 – Glosas de convênios

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento, por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2020, para um faturamento de R\$ 100.118.425 de receitas com convênios (planos de saúde), foram registradas glosas no valor de R\$ 2.780.646, ou seja, 2,78%.

Já no exercício de 2021, para um faturamento de R\$ 116.099.558, foram registradas glosas no valor de R\$ 3.726.573, que representam 3,21% do faturamento.

Nota 22 – Despesas operacionais

22.1 Despesas administrativas gerais

	2021	2020
Depreciação e Amortização (i)	8.753.369	8.558.410
Material de Consumo Geral Adm.	5.084.866	3.912.031
Serviços Profissionais Pessoas Jurídicas	10.064.931	7.111.908
Serviços Profissionais Pessoas Físicas	1.389.977	1.121.895
Marketing Adm.	1.569.804	1.067.122
Água/Energia Elétrica/Telefone/Gás	2.705.540	2.234.785
Despesas com Créditos Incobráveis	2.913.779	780.540
Provisão para Perdas em Processos Judiciais	(1.500.691)	1.298.849
Locação de Imóveis e Equipamentos	3.157.334	2.448.448
Outras Despesas Gerais Administrativas	5.734.012	3.276.833
Total	39.872.921	31.810.821

(i) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.

22.2 Outras receitas (despesas)

	2021	2020
Receita com Locação de Imóvel	609.405	168.237
Receita Estacionamento	161.215	156.101
Receitas de Convênios para Estágio	1.875.175	1.806.415
Receitas com Pesquisas Clínicas	1.142.334	1.006.599
Outras Receitas Operacionais	157.516	1.604.987
Custo na Baixa do Imobilizado	(496.651)	(79.966)
Total	3.448.994	4.662.373

Nota 23 – Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras	2021	2020
Receitas de Aplicações Financeiras	3.565.526	1.054.046
Descontos Obtidos	717.470	587.032
Juros Recebidos	295.970	282.539
Total das Receitas Financeiras	4.578.966	1.923.617
Despesas Financeiras		
Juros Pagos/Descontos Concedidos	(198.163)	(569.727)
Taxas e Comissões Bancárias	(397.574)	(427.810)
Encargos sobre Empréstimos Bancários	(1.055.593)	(522.359)
Total das Despesas Financeiras	(1.651.330)	(1.519.896)
Resultado Financeiro Líquido	2.927.636	403.721

Nota 24 – Prestação anual de serviços ao SUS

A prestação de serviços de saúde durante o exercício de 2021 foi severamente marcada pela pandemia da COVID-19, o que obrigou os órgãos reguladores a alterar as regras de atendimento aos pacientes, em especial no tocante a cirurgias e outros procedimentos eletivos.

Para fazer frente a essa situação, a legislação federal, especialmente a Lei 14.189, de 28 de julho de 2021, prorrogou até 31 de dezembro de 2021 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nota 25 – Aplicação de recursos em gratuidade na área de educação

25.1 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao artigo nº 13-A da Lei 12.101/09 (Educação Superior) e ao artigo nº 11 da Lei nº 11.096/05 (Ensino Superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes no ano de 2021, conforme demonstração abaixo:

Cursos de Graduação e Sequenciais	Quantidade 2021	Quantidade 2020
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	1.114	1.159
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	895	930
Alunos necessários (relação 1 para 9)	100	103
Alunos com bolsa Prouni	250	269
Alunos com bolsa integral – Institucionais	20	16

25.2 Aplicações em gratuidades educacionais considerando a Lei nº 12.101/09

Educação Superior	Quantidade 2021	Valores (R\$) 2021	Quantidade 2020	Valores (R\$) 2020
Número de alunos matriculados	1.114	63.024.202	1.159	59.876.513
Bolsas Prouni 100%	199	10.475.651	213	9.517.403
Bolsas Prouni 50%	51	399.890	56	471.288

A receita acima demonstrada refere-se aos cursos de graduação superior.

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2021 foram concedidos R\$ 3.678.547 em bolsas de estudos (R\$ 6.280.874 em 2020), como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, em sua maioria colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

Nota 26 – Isenções usufruídas

Em 2021, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 54.348.899 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais), distribuídas da seguinte forma:

	HPP ⁽¹⁾	CEVA ⁽²⁾	FPP ⁽³⁾	IPP ⁽⁴⁾	TOTAL
IRPJ	4.349.875	-	-	-	4.349.875
CSLL	1.574.595	-	-	-	1.574.595
INSS – Patronal	26.502.202	150.061	4.789.785	805.190	32.247.238
COFINS	3.382.902	177.783	2.055.347	-	5.616.032
PIS	1.686.279	43.918	617.620	28.964	2.376.779
IPTU	505.730	-	-	-	505.730
ISS	6.012.114	296.305	1.370.231	-	7.678.650
Total Geral	44.013.696	668.066	8.832.982	834.154	54.348.899

(1) HPP – Hospital Pequeno Príncipe;

(2) CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;

(3) FPP – Faculdades Pequeno Príncipe; e

(4) IPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

Nota 27 – Trabalho voluntário

Para o exercício de 2021, em razão da pandemia e visando a proteção dos pacientes e colaboradores, a Associação cancelou todas as atividades de recreação e outras que eram executadas com voluntários. Já para o exercício de 2020, foram praticadas 5.694 horas de trabalho voluntário, a um valor de R\$ 284.700.

Nota 28 – Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão	Frota	R\$ 600.000	De 7/5/2021 a 7/5/2022
Incêndio e Demais Danos	Patrimonial	R\$ 60.000.000	De 3/4/2021 a 3/4/2022
Responsabilidade Civil	Indenização aos Administradores	R\$ 3.000.000	De 14/9/2021 a 14/9/2022

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

Nota 29 – Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro 2021	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total Contábil
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.422.607	-	21.422.607
Aplicações Financeiras	61.936.572	-	61.936.572
Contas a Receber de Clientes	25.952.149	-	25.952.149
	109.311.328	-	109.311.328
Passivos Financeiros			
Fornecedores	-	12.086.967	12.086.967
Empréstimos e Financiamentos	-	20.184.008	20.184.008
	-	32.270.975	32.270.975

Em 31 de dezembro 2020	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total Contábil
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.054.090	-	20.054.090
Aplicações Financeiras	40.476.099	-	40.476.099
Contas a Receber de Clientes	19.230.166	-	19.230.166
	79.760.355	-	79.760.355
Passivos Financeiros			
Fornecedores	-	11.282.445	11.282.445
Empréstimos e Financiamentos	-	6.000.000	6.000.000
	-	17.282.445	17.282.445



A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) recebíveis: são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade, e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) outros passivos financeiros: são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;
- c) valor justo: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; e
- d) gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

• Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais clientes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa das perdas consideradas prováveis.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Nota 30 – Informações por segmento

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:

HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
FPP – Faculdades Pequeno Príncipe; e
IPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

31 de dezembro de 2020	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não Controlado por Segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	291.425.422	291.425.422
Passivo	-	-	-	-	291.425.422	291.425.422
Receita Líquida	227.575.457	7.516.263	48.855.309	-	-	283.947.029
Custo dos Serviços Prestados	(128.674.771)	(5.779.345)	(18.856.860)	(5.633.200)	-	(158.944.176)
Lucro Bruto	98.900.686	1.736.918	29.998.449	(5.633.200)	-	125.002.853
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(87.357.803)	(87.357.803)
Resultado Financeiro	-	-	-	-	403.721	403.721
Lucro Líquido	98.900.686	1.736.918	29.998.449	(5.633.200)	(86.954.082)	38.048.771

31 de dezembro de 2021	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não Controlado por Segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	326.719.241	326.719.241
Passivo	-	-	-	-	326.719.241	326.719.241
Receita Líquida	240.508.981	5.880.421	53.946.873	-	-	300.336.275
Custo dos Serviços Prestados	(156.691.678)	(4.762.909)	(19.020.208)	(6.761.622)	-	(187.236.417)
Lucro Bruto	83.817.303	1.117.512	34.926.665	(6.761.622)	-	113.099.858
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(102.498.803)	(102.498.803)
Resultado Financeiro	-	-	-	-	2.927.636	2.927.636
Lucro Líquido	83.817.303	1.117.512	34.926.665	(6.761.622)	(99.774.608)	13.528.691

Observação: os ativos, passivos, despesas operacionais e resultado financeiro da entidade não são controlados por segmento, assim não estão apresentados de forma segregada.

Nota 31 – Reapresentação de informações de outros exercícios

Em 2021, a entidade ajustou valores referentes a eventos ocorridos em exercícios anteriores, os quais foram refletidos nas contas contábeis de 2020.

Contas de Ativo e DRE	Antes dos Ajustes	Ajustes	Depois dos Ajustes
Bancos Conta Movimento (Ativo)	20.583.004	528.914	20.054.090
Campanhas Iniciativa Privada (Resultado)	24.708.125	528.914	24.179.211

Os ajustes referem-se à devolução do valor de inscrições do Congresso Criança 2020, que não foi realizado devido à pandemia da COVID-19.

Nota 32 – Impactos da COVID-19

Desde o início da pandemia da COVID-19, a Associação implantou todas as medidas protetivas impostas pelos órgãos reguladores, em especial o cancelamento das cirurgias eletivas, além de outras, o que causou a redução dos internamentos e procedimentos cirúrgicos, conforme descrito na Nota 1.

Além das medidas mencionadas, foi implantado o Ambulatório Estratégico COVID-19, que tem como objetivo promover a testagem dos colaboradores, o atendimento e o acompanhamento de casos positivos ou suspeitos e os registros e formação de histórico para eventual uso futuro.

Em consequência da pandemia, o resultado do exercício, que em 2020 foi de R\$ 38.048.771, caiu para R\$ 13.528.691 em 2021, o que significa uma redução de 64,44%.

Em que pese o relaxamento das medidas protetivas determinadas pelos órgãos reguladores, esta Associação manterá em 2022 o estreito monitoramento de eventual ressurgimento da COVID-19 e suas possíveis consequências, além de incrementar outras medidas, em especial aquelas voltadas para a telemedicina, e ainda buscar ações alternativas para mitigar os impactos da crise.



Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente – CPF: 819.422.739-91



José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor-Corporativo –
CPF: 010.153.039-00



Luis Vanderlei Ferreira Lima
Contador CRC (PR) nº 052804/0-6
CPF: 694.715.339-53

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos diretores e administradores da
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
Curitiba/PR

Opinião



Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO** (“entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, sujeito aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo-base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1).

Base para opinião com ressalvas

- a. Conforme a nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento estão apresentados no ativo do balanço patrimonial por R\$ 7.060.565 (R\$ 11.118.387 em 31 de dezembro de 2020) e no passivo por R\$ 7.304.195 (R\$ 11.480.915 em 31 de dezembro de 2020). No exercício de 2021, a entidade não registrou valores de novos contratos firmados e também os valores de reajustes dos contratos já existentes. Desta forma, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação do valor registrado no balanço patrimonial nas referidas rubricas, bem como sobre o potencial impacto no resultado e no patrimônio líquido.
- b. Conforme nota explicativa nº 20, em 31 de dezembro de 2021, o valor da receita com convênios está apresentado na demonstração do resultado do exercício por R\$ 116.099.558 (R\$ 100.118.425 em 31 de dezembro de 2020). Deste saldo, para parte no montante de R\$ 2.024.346 não foi apresentada a sua composição e não se sabe os possíveis impactos nas contas de resultado e no patrimônio líquido.

- c. Conforme a nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2021, o valor das deduções com glosas de convênios está apresentado na demonstração do resultado do exercício por R\$ 3.726.573 (R\$ 2.780.646 em 31 de dezembro de 2020). Entretanto, o controle auxiliar apresenta saldo no montante de R\$ 4.527.809, resultando em um saldo contabilizado a menor no montante de R\$ 801.236. Desta forma, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior nesse montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, no nosso relatório. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalvas.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós conforme parecer emitido em 24 de maio de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso,



pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 11 de julho de 2022.

CARLOS ALBERTO FELISBERTO
Contador CRC (PR) nº 037293/O-9

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

